

PROGRAMA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Nutrição e Cidadania

CÓDIGO: NUT080

DEPARTAMENTO: Departamento de Nutrição

CARGA HORÁRIA TEÓRICA	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	CRÉDITOS
45	00	03

VERSÃO CURRICULAR: 2017-1

PERÍODO:

CLASSIFICAÇÃO DA DISCIPLINA: () Obrigatória (X) Optativa

PRÉ-REQUISITOS

Nenhum

EMENTA

A fome e as lutas pelo acesso aos alimentos na história do Brasil; Constituição da alimentação como direito humano; O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil; Políticas, programas e ações de promoção do DHAA.

OBJETIVO GERAL

Ao final da disciplina o aluno deverá reconhecer que a nutrição, embora seja um processo biológico vital, é determinada pela inserção do indivíduo na sociedade, particularmente no que se refere ao exercício de seus direitos e deveres enquanto cidadão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender o que é cidadania e direitos humanos; Justificar o direito humano à alimentação e o papel do nutricionista na sua promoção; avaliar a importância de programas sociais de alimentação e nutrição para promoção do direito à alimentação.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas; Seminários.

AValiação

Trabalho em grupo e seminários (60 pontos); Relatórios de leitura de textos (40 pontos).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Alimentação e cidadania; A fome e as lutas pelo acesso aos alimentos na história do Brasil; O Direito Humano à Alimentação Adequada(DHAA); Políticas, programas e ações de promoção do DHAA;

Experiências exitosas na promoção do DHAA no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
Experiências exitosas na promoção do DHAA: no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
Experiências exitosas na promoção do DHAA: no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF);
Experiências exitosas na promoção do DHAA: no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos humanos. Curso de Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Aula 5: SAN, DHAA, Soberania Alimentar e a interligação entre estes conceitos. Brasília, 2007
- BRASIL. Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Brasília, DF, 2006.
- SAVAGE, M. "Classe e história do trabalho". In: BATALHA, C.H. de M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da (Org.). Culturas de Classe. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BONFIM, J.B.B. O discurso da mídia sobre a fome. 2000. 137 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Brasília.
- DIOUF, J. O Direito à Alimentação. Fome Zero, Brasília, 16 out. 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/201co-direito-a-alimentacao201d>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- MALUF, R.S.J. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, 174 p. (Coleção Conceitos Fundamentais). ISBN: 978-85-326-3446-7
- MARIÁTEGUI, J.C. Do sonho às coisas. São Paulo: BoiTempo Editorial, 2005, 160 p. (Coleção Marxismo e Literatura). ISBN: 85-7559-061-8
- NOMELINI, P.C.B. Um estudo sobre associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930). História Social, Campinas, SP, n. 14/15, p. 83-99, 2008.
- SILIPRANDI, E. É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent., Porto Alegre, v.2, n.4, out./dez.2001.
- YASBEK, M.C. O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v.18, n.2: 104-112, 2004.